



## CONEXÃO ENTRE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

### CONNECTION BETWEEN FAMILY AGRICULTURE AND COOPERATIVISM

Alcidir Mazutti Zanco\*  
Fábio Corbari\*\*  
Adilson Francelino Alves\*\*\*

#### RESUMO

A Agricultura Familiar tem sido fundamental para o desenvolvimento econômico e social não apenas das áreas rurais, mas contribuindo muito para a economia do país como um todo. Reconhecida pela sociedade e governos, como segmento estratégico para diversificação produtiva e segurança alimentar. Os diferenciais culturais, produtivos e econômicos deste público, tem obtido destaque também na formação de ações de cooperação, com resultados importantes para a construção do desenvolvimento rural sustentável. Este texto tem como foco a análise da conexão existente entre a Agricultura Familiar e o Cooperativismo Solidário, verificando as potencialidades das ações coletivas e os limites deste processo organizativo. O grupo de cooperativas pesquisadas é vinculado a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES, entidade representativa que aponta avanços positivos na organização socioeconômica deste segmento. Neste ensaio afirmam-se estes apontamentos, demarcando a necessidade de inovações comportamentais e institucionais para a maior participação dos atores na construção do desenvolvimento local e para melhor conexão entre as diversidades e potencialidades dos associados com as cooperativas.

**Palavras-chave:** Cooperativismo, Agricultura familiar, Redes.

#### ABSTRACT

Family Agriculture has been a key element for the economic and social development of rural areas, and is recognized by the Society and Governments as a strategic segment for the diversification of production and food security of mankind. The cultural, productive and economic differentials of this public have been highlighted in the formation of cooperation actions, with important results for the construction of sustainable rural development. This theoretical essay focuses on the analysis of the connection between Family Agriculture and Solidary Cooperativism, verifying the potentialities of collective actions and the limits of this organizational process. The group of cooperatives surveyed in this essay is linked to UNICAFES - National Union of Cooperatives of Family Agriculture and Solidarity Economy, a representative entity that points out positive advances in the socioeconomic organization of this segment. This essay affirms these notes, marking the need for behavioral and institutional innovations for the greater participation of the actors in the construction of local development and for a greater connection between the diversities and potentialities of the associates with the cooperatives.

**Keywords:** Cooperativism, Family farming, Networks.

---

\*Doutorando do PPGDRS/Unioeste Campus de Marechal Cândido Rondon e Bolsista da CAPES. E-mail: alcidirmz@yahoo.com.br

\*\* Doutorando do PPGDRS/Unioeste Campus de Marechal Cândido Rondon e Bolsista da CAPES. E-mail: fabio.corbari@hotmail.com

\*\*\* Sociólogo, doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor Associado da UNIOESTE – Francisco Beltrão, membro do Grupo de Estudos Territoriais (GETERR) e pesquisador do Instituto de Pesquisa Risco e Sustentabilidade (IRIS), docente do PPGDRS mestrado/doutorado. E-mail: adilsonfalves@gmail.com



## 1. Introdução

A Agricultura Familiar brasileira tem se destacado como fator fundamental para o desenvolvimento econômico e social dos territórios rurais. Diversos estudos (SCHNEIDER, 2003; BUAINAIN, 2006; FAO, 2014) que abordam os contextos e realidade da Agricultura Familiar tem demonstrado que esta possui adjetivos vinculados à diversidade cultural e produtiva, elementos que possibilitariam contribuir significativamente com a segurança alimentar, redução da pobreza no campo e do desenvolvimento rural sustentável. Contudo, esse processo raramente ocorre sem que outros fatores auxiliares estejam conectados, dentre eles as políticas públicas, associações e cooperativas. Quanto mais dinâmicas e interconexões entre agricultura familiar e fatores indutivos maiores serão as chances de sucesso de ela contribuir com os fatores citados acima. Dentre as atuais possibilidades, nesse texto destacaremos a conexão entre os agricultores e Cooperativas Solidárias como forma de ampliar suas potencialidades social, econômica e política da Agricultura Familiar.

Por ser classificada como peça fundamental para o desenvolvimento das áreas rurais é importante que a Agricultura Familiar também amplie sua organização, principalmente através da promoção de iniciativas coletivas, como estratégia para inserção nos mercados, tornando possível sua adaptação aos padrões competitivos contemporâneos (BUAINAIN, 2006). Estudar a base teórica que fundamenta a conexão entre os Agricultores Familiares e as redes de cooperação é fundamental para melhorar as formas de organização, participação e governança destes empreendimentos uma vez que se verifica que a grande maioria dos agricultores familiares ainda não se encontra cooperativada.

Neste texto analisaremos os desafios e potencialidades do processo organizativo da Agricultura Familiar, considerando a organização coletiva como peça fundamental. A adoção de ações coletivas é entendida como um mecanismo que possibilita a inserção da Agricultura Familiar na produção, escoamento e acesso aos mercados. As ações coletivas implementadas até aqui têm demonstrado que podem contribuir para que os produtores se adaptem aos novos padrões competitivos, sendo fundamental a consolidação de conexões estáveis e permanentes entre a Agricultura Familiar e suas Cooperativas.

## 2. Reconhecimento dos diferenciais da Agricultura familiar

A Agricultura Familiar está presente em todos os países, com reconhecimento mais expressivo em regiões com relevo acidentado que solicitam maior utilização de mão de obra e limitam a utilização de métodos de produção extensiva. Devido às condições específicas esse segmento pode ser considerado ator fundamental para a produção de alimentos saudáveis e para a soberania alimentar. Este reconhecimento pode propiciar a proposição de políticas públicas



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

desenhadas para atender as especificidades do setor, contudo é necessário ampliar a visibilidade da importância desse setor para que a sociedade possa pressionar os governos a executarem políticas estruturantes.

A denominação Agricultura Familiar é recente na literatura científica brasileira adquirindo força e notoriedade nos anos 1990, pela ação de movimentos sociais e também a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

No Brasil a afirmação da agricultura familiar avançou com a luta das organizações populares pela construção de políticas, programas e Leis que melhorassem as condições de vida deste segmento, tal como a aprovação da Lei 11.326/2006 - Lei da Agricultura Familiar, que caracteriza o empreendimento familiar rural e estabelece critérios de classificação do que pode ser legalmente considerado agricultura familiar.

A Agricultura Familiar brasileira se destaca pela sua diversidade cultural e produtiva. Essa diversidade é resultado da formação histórica dos grupos, da herança cultural variada, da experiência profissional e particular dos produtores, além do acesso diferenciado aos recursos naturais, capital humano e social, ao mercado e à inserção socioeconômica. Contudo, apesar de sua importância há estudos na literatura científica que indicam pressão da dinâmica dos grandes mercados em relação à Agricultura Familiar. Esta situação é resultado de um histórico nacional que dificulta a atuação do produtor rural de menor porte e desenha um padrão de crescimento assimétrico na agricultura brasileira (BUAINAIN; GARCIA, 2013), a FAO (2014) aponta que a Agricultura Familiar é peça importante no desenvolvimento sustentável das próximas décadas. Nesse cenário, dentre os grandes desafios estão o de atender simultaneamente a uma maior demanda por alimentos em consequência do aumento da população e cuidar da preservação dos recursos naturais. As pesquisas importantes têm demonstrado que isso só será possível se houvesse ampliação dos processos de cooperação que começa na esfera local e se estende para a arena global.

Estudos de Batalha (2004); Buainain, Garcia (2013) evidenciam os reflexos das diferenças regionais e apontam que estratégias precisam ser pensadas para que haja geração de renda e melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais. Segundo Schneider (2010), as unidades de produção rural podem optar por cinco mecanismos para fortalecimento familiar: ampliar o portfólio de produtos; reduzir a dependência externa; reorganizar ações técnico-produtivas; ampliar a pluriatividade e criação de empreendimentos cooperativos.

Para Abramovay (1992, p. 19), "(...) é fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constitui a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas (...)", sendo basilar a valorização deste segmento social.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

No V Congresso a UNICAFES (2017) destacou as cooperativas como ator fundamental para o desenvolvimento rural, sendo essencial para que isso ocorra ampliar a conexão entre os atores e as organizações coletivas.

## 2.1 Agricultura Familiar e desenvolvimento rural

Segundo Veiga (2000), a definição de desenvolvimento que predominou nas últimas décadas foi a de “crescimento econômico”, medido com base na renda *per capita* e na taxa de emprego. Na década de 1960 eram consideradas nações desenvolvidas aquelas que haviam enriquecido pela industrialização. Esse modelo foi adotado por vários países, mas o crescimento econômico gerado pela industrialização nos países menos desenvolvidos não se traduziu em maior acesso de populações pobres a bens materiais e culturais.

A transição entre este modelo de desenvolvimento econômico para um modelo de crescimento integral que busque a redução da pobreza, só poderá ocorrer mediante uma combinação de mudanças nas políticas governamentais e por iniciativas da sociedade. Neste meio o “desenvolvimento rural é um fenômeno intrinsecamente regional” marcado pela participação dos atores na construção deste processo (VEIGA, 1997).

Amartya Sen (2004) propõe pensar o desenvolvimento como liberdade de acordo com o autor desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente. O desenvolvimento não pode ser determinado apenas pela acumulação de riqueza e o crescimento do Produto Interno Bruto de uma nação. A riqueza não pode ser vista como um fim, mas como um meio desejado de se ter mais liberdade.

O desenvolvimento deve relacionar-se com a melhoria da qualidade de vida e das liberdades das pessoas. Assim, observa-se que a liberdade exerce dois papéis fundamentais: o da expansão da capacidade das pessoas viverem a vida desejada e como determinante na iniciativa individual na eficácia social.

Sen (2004) entende que a vida acontece no local e cada localidade tem uma forma diferente de manifestação de vida. Na abordagem orientada ao ator Long e Ploeg (1994) destacam que os atores são totalmente capazes de transformar a realidade, traçar suas estratégias e responder diferentemente às circunstâncias similares. Embora esta abordagem não exclua a ideia de estrutura não nega o significado das relações sociais de produção e nem dispensam o conceito de relação social de produção, mas apenas enfatizam que as relações sociais específicas são construídas, reproduzidas e transformadas. O ponto importante de referência é a elaboração, a negociação e a confrontação dos projetos dos atores (LONG e PLOEG, 1994).

A abordagem orientada ao ator permite ver atrás dos mitos, dos modelos, das políticas de desenvolvimento e das instituições, explorar os valores locais e



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

conhecimentos, descortinar os detalhes do “vivido nos mundos da gente”. Para Long (2001), esta perspectiva pode servir como um antídoto contra os excessos das explicações estruturalistas e como um novo modo de conceituar a vida social.

Long e Ploeg (1994) igualmente criticam as intervenções planejadas, na medida em que estas não dão conta do conhecimento detalhado e do domínio das situações locais altamente diversas e heterogêneas. O empoderamento não depende de características das pessoas beneficiadas ou da intervenção de experts que objetivam desenvolver habilidades adequadas, mas depende, crucialmente, das redes e das capacidades estratégicas que inter-relacionam os projetos dos atores particulares com outros e da expansão do espaço de negociação (LONG, 1995).

Na estrutura social é necessário seguir uma abordagem mais dinâmica para o entendimento das mudanças sociais, a qual saliente a interação e determinação mútua de fatores e relações internas e externas, e reconheça o papel principal desempenhado pela ação e pela consciência humana. Os atores não são vistos como meras categorias sociais vazias, ou recipientes passivos de intervenção, mas como participantes ativos que processam informações e utilizam estratégias nas suas relações. Os atores são detentores de conhecimento e capazes. Eles procuram resolver problemas, aprender a intervir no fluxo de eventos sociais ao seu entorno e monitorar suas próprias ações (ZANCO, 2016).

Abramovay (1996) afirma que a principal diretriz na busca do desenvolvimento rural deve ser o envolvimento dos atores e a consolidação da Agricultura Familiar, pois ela representa uma forma de ocupação geradora de renda e a possibilidade de fixação desses produtores no campo, contendo o êxodo rural. Nessa perspectiva, Bialoskorski Neto e Balieiro (2000) sustentam que o associativismo e o cooperativismo são ferramentas importantes capazes de viabilizar a permanência de pequenos produtores no campo e identificar instrumentos que possam promover o desenvolvimento nas dimensões econômica, social e humana.

## **2.2 Organização coletiva da agricultura familiar**

O desenvolvimento econômico, como discutido sob a ótica de vários autores, advém, entre outros fatores, de um processo de geração e distribuição de renda, de forma justa e igualitária entre os indivíduos de uma população. Em outras palavras, o desenvolvimento não deve ser entendido apenas como desenvolvimento econômico, deve também considerar dimensões sociais de geração e distribuição de renda (BIALOSKORSKI NETO, 2004).

A cooperação pode então ser entendida como um benefício aos indivíduos envolvidos, porém sabe-se que as ações coletivas também exigem esforços para que os resultados sejam positivos. De maneira geral é perceptível que a ação coletiva é um grande facilitador para a viabilidade da Agricultura Familiar, no entanto grande percentual deste segmento não se encontra organizado em cooperativas ou outros empreendimentos coletivos e os que se encontram cooperativados enfrentam





### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

dificuldades. Quando um grupo social, por um motivo qualquer, deixa de tomar parte diretamente nos sistemas sociais estabelecidos, pode fazê-lo de forma indireta, por meio de associações, que são agrupamentos sociais constituídos para mediar a participação entre este grupo social e a sociedade. As associações “são grupamentos voluntários formados para agir sobre o sistema político, as relações de classe ou o sistema de ação histórica” (TOURAINÉ, 1973, p. 252).

### **3. Metodologia e materiais**

A abordagem escolhida neste ensaio foi um levantamento bibliográfico sobre as diretrizes de participação social no Cooperativismo Solidário, sistematizando a forma como a UNICAFES concebe a conexão entre sócio - cooperativa, com sistematização de dados coletados no PECSOL, 2016 (Programa de Educação do Cooperativismo Solidário) sobre a situação da relação social das cooperativas e a forma como os sócios concebem e realizam seus processos participativos.

Também realizamos debates com diretores da UNICAFES que coordenam redes de cooperativas nos diversos Estados do Brasil. Estes debates também foram feitos com assessores de redes que atuam na gestão destas iniciativas em 20 Estados do Brasil (RS, SC, PR, MS, MT, GO, ES, RJ, MG, RO, TO, PA, AM, BA, AL, SE, PE, MA, CE, RN).

As informações sobre a situação das cooperativas foram coletadas através de pesquisa *on line* enviada às cooperativas participantes do programa de Redes de Cooperação – Parceria UNICAFES e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) para organização de centrais de cooperativas nas diversas regiões do Brasil, principalmente em territórios com menor desenvolvimento.

### **4. Resultados da pesquisa**

A UNICAFES tem como princípio e diferencial organizativo, a constituição de cooperativas locais articuladas em redes e ou centrais regionais. Essa orientação está presente em todos os documentos institucionais. Em todas as ações formativas realizadas a organização por relações de proximidade e a articulação em redes territoriais são destacadas como diretrizes fundamentais para o processo de sustentabilidade das cooperativas e de participação social, no entanto, verifica-se que em todos os ramos cooperativos a diminuição expressiva da participação dos sócios, fatos que de alguma forma diminuíram o potencial de organização das cooperativas locais e das redes territoriais.

#### **4.1 O perfil organizativo das cooperativas**

Antes avançar na análise da conexão sócio - cooperativas apresenta-se o perfil com dados médios das Cooperativas filiadas a UNICAFES Nacional. Estes



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

dados mostram a situação organizacional das mesmas e influencia na gestão social, cultural, política e organizacional. Os números das cooperativas são fundamentais para compreensão dos desafios enfrentados cotidianamente pelas lideranças para manter e fortalecer as iniciativas locais de organização, gestão e comercialização. O perfil mostra uma intensa luta dos Agricultores Familiares para manter-se nos processos organizativos, demonstrando a potencialidade do segmento e também o engajamento político presente junto ao público associado, fato que pode ser considerado importante na relação sócio – cooperativa.

Tabela I - Perfil das Cooperativas

Indicadores	Homens	Mulheres	Jovens
Número de Sócios	68%	24%	8%
Número de Sócios ativos	62%	36%	2%
	Cadastrados	Não cadastrados	Situação irregular
Vínculo com Economia Solidária	27%	73%	12%
Vínculo com Agricultura Familiar	78%	22%	9%
	Sim	Não	Outros
Utilização de Software de Gestão	56%	34%	12%
Realiza reuniões regulares do CA	67%	22%	11%
Faturamento mensal	Até 50 mil	De 50 a 300 mil	Mais de 300 mil
	38%	54%	8%
Sobras em 2014	Positivo	Negativo	Regular
	78%	20%	2%
	Possui	Não possui	Terceirizados
Funcionários liberadas para serviços	47%	53%	10%
Direção liberada de forma integral	38%	43%	19%
	Possui	Não possui	Terceirizados
Estrutura de logística	36%	11%	53%
Estrutura de agroindustrial	22%	53%	25%
	Possui	Não possui	Já amortizados
Empréstimos	38%	62%	52%
Capitalização	43%	34%	23%

FONTE: UNICAFES, 2016.

Os dados acima demonstram um perfil de cooperativas com baixo nível de desenvolvimento organizacional, com presença expressiva de homens, com base social amplamente vinculada a Agricultura Familiar e pouca interlocução com Economia Solidária, com pouca estrutura e instrumentos para gestão técnica e humana, com poucas iniciativas agroindustriais e de capitalização.

No que se refere a estrutura e capacidade de multiplicação do conhecimento, mostra-se com poucas condições para ampliar ações de fomento a participação social, sendo necessária a construção de políticas que valorizem a construção de redes (ZANCO, 2016).



## 4.2 A participação social nas cooperativas

Na relação sócio - cooperativa é fundamental assegurar a participação democrática dos atores. A busca pelo Lucro simples sob a forma de maior renda pessoal, os membros podem obter através de suas atividades e não com base nos lucros da empresa cooperativa. Neto (2006), afirma que nesses ambientes ditados pela doutrina da cooperação poderá haver restrição à maximização de resultados econômicos para alcance de resultados sociais. Desta forma, tem-se o desafio de atrelar desenvolvimento econômico com o social no contexto das cooperativas para que os atores se sintam envolvidos e praticantes da construção.

Outro empecilho encontrado no modelo cooperativista de participação social está na autogestão na relação contratual sócio cooperativa. Em relação à forma de coordenação participativa sabe-se que ela é efetivada com votações e manifestações dos associados, mas o quórum das assembleias gerais ordinárias precisa se mais deliberativo. E como a relação contratual entre cooperativa - sócio não existe, se ao não se sentir participante nas tomadas de decisões a sociedade tende a não avançar de forma consistente e este pode ser considerado um dos principais desafios das cooperativas (ZANCO, 2016).

A forma de organização, resultados e gestão estão intrinsecamente ligados a formato de sua constituição e formação social. Partindo dessa ideia, pode-se pensar na sociedade cooperativa não apenas como produto de um capital social historicamente acumulado (PUTNAM, 2002), mas também como uma experiência de criação e difusão de capital social numa comunidade, em que o conhecimento mútuo e as relações sociais ajudam no estabelecimento de confiança na realização de objetivos comuns.

Neste meio uma sociedade cooperativa pode desempenhar um duplo papel no que se refere à questão da participação. Primeiramente, como um agente de intermediação participativa entre os membros, permitindo a sua inserção nos processos de produção, gestão e usufruto dos bens e serviços e também ao propiciar o exercício da participação política e democrática, internamente, através do seu funcionamento cotidiano, pelo processo da autogestão (ARAÚJO, 1982).

A formação desse capital social pode se transformar na mola propulsora da participação social dos membros de uma sociedade cooperativa. Abramovay (2000) denomina de “aquisição de poder” pelos associados, elemento que vai interferir diretamente na correlação de forças existente na condução das cooperativas.

Nas cooperativas que orientam este estudo verifica-se que a participação pode ser ampliada, no entanto o principal problema das Cooperativas deste segmento não se encontra diretamente na participação e sim na compreensão dos mercados, que impõe articulação com os segmentos pré e pós-porteira e das novas formas de negociação e práticas de gestão do processo produtivo. A dificuldade em compreender e enfrentar este processo acaba distanciando os





### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

associados do processo organizativo, sendo fundamental encontrar um ponto de equilíbrio entre a articulação com os agentes do Sistema produtivo e a consequente perda de poder decisório, em troca da maior rentabilidade e estabilidade.

A aplicação das tecnologias de gestão no âmbito da Agricultura Familiar pode se dar relacionada às organizações cooperativas e à própria gestão da propriedade rural, nas quais se verificam potenciais de fortalecimento da gestão e da comercialização interpretadas de forma mais abrangente, como um processo contínuo entre produção, transformações, escoamento e mercados. A diversidade do comportamento dos consumidores, as diversas situações e tipologias de mercado, as particularidades inerentes à distribuição de produtos alimentares e à organização dos canais de venda justificam a existência de um número elevado de formas organizacionais e no cooperativismo esse aspecto necessita ser aprimorado para que a relação entre sócio – cooperativa avance.

#### **4.3 As oportunidades da perspectiva orientada aos atores**

As teorias organizacionais do mundo empresarial defendem a utilização de técnicas modernas de gestão e de avaliação econômica. Paralelamente a esta forma de organização.

No Cooperativismo Solidário se defende a ampla participação social, a gestão democrática, as relações de proximidade e o empoderamento dos associados para o controle social dos empreendimentos econômicos. A Perspectiva “deste Cooperativismo” orientou a fundação e organização de Cooperativas populares em todo Brasil que se mantêm convictas de que esta perspectiva é fundamental para construção do desenvolvimento rural, no entanto a falta de liberdade, para a organização, produção, investimentos e representação, diminui a força deste movimento e limita o crescimento das iniciativas locais, sendo fundamental rever o formato de ação e orientação destes empreendimentos.

Na Perspectiva Orientada aos Atores – POA, Long e Ploeg (1994) destacam que os atores são totalmente capazes de transformar a realidade, traçar suas estratégias e responder diferentemente às circunstâncias similares. Embora esta abordagem não exclua a ideia de estrutura o ator não nega o significado das relações sociais de produção e nem dispensa o conceito de relação social de produção, mas enfatiza que as relações sociais específicas são construídas, reproduzidas e transformadas. O ponto importante de referência é a elaboração, a negociação e a confrontação dos projetos dos atores.

A abordagem orientada ao ator permite ver atrás dos mitos, dos modelos, das políticas de desenvolvimento e das instituições, os valores locais e conhecimentos, descortinar os detalhes do “vivido nos mundos da gente”. Para Long, esta perspectiva pode servir como um antídoto contra os excessos das explicações estruturalistas e como um novo modo de conceituar a vida social,



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

podendo ser utilizada para revigorar as metodologias de relação social e formação executadas pelas cooperativas.

Long e Ploeg (1994) criticam as intervenções planejadas, na medida em que estas não dão conta do conhecimento detalhado e do domínio das situações locais altamente diversas e heterogêneas. O empoderamento não depende de características das pessoas beneficiadas ou da intervenção de experts que objetivam desenvolver habilidades adequadas, mas depende, crucialmente, das redes e das capacidades estratégicas que inter-relacionam os projetos dos atores e da expansão do espaço de interface e de negociação.

Essa perspectiva necessita ser estudada profundamente pelas cooperativas, pois somente com o conhecimento particular os indivíduos poderão ser construídas iniciativas inovadoras e adequadas a realidade dos Agricultores Familiares e estas medidas podem ampliar o nível de reconhecimento sobre os desafios e demandas dos associados. Para atuação com esta perspectiva as cooperativas necessitam ter claro o seu projeto de desenvolvimento, avaliar suas condições para alcance dos seus objetivos sociais, mas acima de tudo, fortalecer seus diferenciais organizativos, pois somente com clareza da sua missão é que poderá ser ampliada a construção de iniciativas que amplie de forma coletiva a participação social.

No âmbito da participação percebe-se que a cooperação tem proporcionado aos Agricultores Familiares melhores condições para inserção na sociedade e nos mercados, superando as inseguranças, potencializa as virtudes e habilidades de criação e socialização do conhecimento. Os crescentes desafios impostos pelo mercado desafiam os agricultores a mudarem seu comportamento de produtor-fornecedor para a diversificação de suas redes de relacionamento em busca de novos mercados estáveis e rentáveis (UNICAFES, 2017).

#### **4.4 As oportunidades do desenvolvimento como liberdade**

As cooperativas são organizações fundadas a partir de princípios que garantem a horizontalidade e a participação democrática. Um destes princípios é o da livre adesão. Esse princípio foi instaurado para garantir a autonomia das pessoas na construção das cooperativas e fortalecer a autonomia das cooperativas para execução dos seus objetivos sociais. Neste sentido a liberdade é um princípio fundacional das cooperativas, compreender a amplitude da liberdade é um desafio. Na visão de Sen (2004) promoção do desenvolvimento está intrinsecamente vinculada às oportunidades de escolha que permitem a cada indivíduo ter a qualidade de vida almejada.

O cooperativismo é uma organização capaz de mudar comportamentos, atuar com outra racionalidade, e condicionar novos hábitos, ações, posturas e regras, podendo ser um instrumento importante para a construção do desenvolvimento. Duas lacunas limitam essa perspectiva, uma está vinculada a concentração exclusiva das pessoas na riqueza econômica e outra a



### *Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

conceituação do desenvolvimento, sendo necessário que a sociedade cooperativista passe a indagar sobre as razões que lhe motivam a busca pela riqueza. A riqueza não é desejável por si mesma, mas meio para a liberdade (SEN, 2004, p. 23).

Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza, uma compreensão mais plena do desenvolvimento relaciona-se com a melhora da vida e das liberdades que desfrutamos (SEN, 2004, p. 25).

Para Sen (2004) as pessoas precisam de determinadas liberdades que promovam o bem-estar social e a opção de escolha. A utilidade da riqueza está nas possibilidades que ela permite, ou seja, as liberdades substantivas que ela proporciona. Neste contexto os sócios das cooperativas necessitam ampliar a compreensão sobre as liberdades que as cooperativas lhe proporcionam, mensurar as liberdades existentes no processo organizativo e as liberdades que como sócios podem utilizar diante da vida das cooperativas.

A compreensão social sobre o papel das cooperativas pode ser a chave para a construção do desenvolvimento local, pois o Agricultor Familiar isolado, mesmo com liberdade não possui condições de reagir diante das armadilhas que o capital lhe proporciona, um grupo de Agricultores Familiar agindo em cooperação possui melhores condições para fortalecer suas liberdades, compreender a sociedade de forma livre, construir meios para manter condições sociais, alimentares, econômicas e políticas de liberdade. Esse fato é o principal indicador da importância da liberdade para o desenvolvimento da cooperação.

O cerceamento da liberdade social pode ser algo voluntário ou até involuntário norteado pelas óticas do capital, sendo fundamental que os gestores destes empreendimentos se mantenham críticos quanto a forma de gestão, participação e orientação das ações organizacionais, pois ações que não promovam a liberdade social e econômica dos associados podem diminuir a força das Cooperativas e da Agricultura Familiar.

## **5. Considerações Finais**

Este estudo teve como objetivo a análise das conexões entre Sócio – Cooperativa entre a Agricultura Familiar e as Cooperativas da Agricultura Familiar, recuperando os referenciais teóricos e orientando possível perspectivas para melhorar essa conexão social. A construção verificou que as diretrizes sobre os associados e sobre o Cooperativismo Solidário, apresentadas pela UNICAFES, se assemelham as afirmações dos teóricos da Agricultura Familiar e do Cooperativismo Popular, enfatizando-se a necessidade de aprimorar a forma de executar os princípios e teorias que orientam sua viabilidade organizacional.

A cooperação é percebida como uma forma eficaz de maximizar a organização popular para a construção do desenvolvimento rural, sendo necessário



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

aprofundar formas de conexão com o tecido social da agricultura familiar. No momento da sua constituição as Cooperativas necessitam fortalecer a identificação do perfil dos participantes e nas suas ações cotidianas é fundamental fortalecer perspectivas orientadas aos atores, com ações articuladas entre os actantes e as redes, gerando iniciativas de promoção do desenvolvimento como liberdade, ampliando a possibilidade de os atores participarem desta construção de forma autônoma. Esse processo é o grande potencial das cooperativas.

Em termos comportamentais, a ação da Cooperativa se fez notar na conduta dos associados, tanto no aspecto individual, quanto no aspecto coletivo. Nesse caso, aponta-se para uma mudança de comportamento pessoal e nas relações como tecido social estabelecida entre os sócios, entre sócios e diretores, entre funcionários, sócios e diretores, sendo vital um processo de revitalização do tecido social cooperativista buscando ampliar a força destas organizações dentro da sociedade cooperativas e nas relações externas.

O contato com o meio externo propicia transações comerciais e parcerias para garantia da sua sobrevivência da cooperativa. Dessas relações e das ações coletivas do grupo de associados se fortalece o empoderamento social, elemento que vai interferir diretamente na correlação de forças existente na condução desta organização sócio econômica.

Neste ensaio teórico se verifica que as ações desenvolvidas pelo Cooperativismo Solidário podem ser consideradas modelos para a organização da Agricultura Familiar, sendo importante a realização de novos estudos que ampliem a construção teórica sobre a viabilidade social, econômica e institucional do Cooperativismo da Agricultura Familiar e Economia Solidária para que as ações deste segmento continuem promovendo o desenvolvimento rural sustentável.

### Referências

- ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** *Revista Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, abr./jun. 2000.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1992.
- ARAÚJO, S. M. P. **Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação.** Curitiba: Projeto, 1982.
- BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; FILHO, H. M. De S. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar.** In: 42º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2004, Cuiabá, Anais. Cuiabá, 2004.
- BIALOSKORSKI NETO, S.; BALIEIRO, C. F. **Capital social e cooperativas na Agricultura do Estado de São Paulo: um ensaio analítico.** Texto para Discussão – Comissão de Pesquisa e Publicações da FEA-RP/USP. Ribeirão Preto, 2000.



*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

BRASIL. **Lei 11.326**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em: 12 de agosto de 2017.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. **Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores?** In: A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível? Brasília: CGEE, 2013.

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The state of food and agriculture: innovation in family farming**. FAO: Roma, 2014.

LOURENZANI, W. L. **Modelo sistêmico para gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos, 2005. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2005.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2002.

SCHNEIDER, S. **Pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre, UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

SCHNEIDER, S. **Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural**. Ruris, v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SILVA, A. L.; LOURENZANI, A. E. B. S. **Modelo sistêmico de ocorrência de ações coletivas: um estudo multicaso na comercialização de frutas, legumes e verduras**. Gestão de Produção, v. 18, n. 1, p. 159-174, 2011.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

VEIGA, J. E. da. **Uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil**. In: CD-ROM dos Anais do Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 1997.

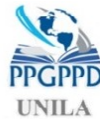
VEIGA, J. E. da. **Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI**. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2000.

UNICAFES - União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Documento Base V Congresso**. Brasília. 2017. Disponível: <<http://unicafes.org.br>>. Acesso em: 15 agosto de 2017.





REVISTA ORBIS LATINA  
ISSN: 2237 6976



*página 56*

*Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local*

ZANCO, Alcidir, Mazutti. A **contribuição do PECSOL para aprendizagem dos diretores como multiplicadores do conhecimento no cooperativismo** (Dissertação de Mestrado UNIOESTE, PPGDR) Francisco Beltrão, 2016. Disponível: <http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3033/5/Alcidir%20M.%20Zanco2017.pdf>.

*Recebido em 30/11/2018  
Aprovado em 15/01/2019*